

Práticas espaciais da comunidade escolar no contexto de pandemia da covid-19 na cidade de Maringá/PR

*Spatial practices of the school community in the context of
the covid-19 pandemic in the city of Maringá/PR*

*Prácticas espaciales de la comunidad escolar en el contexto de
la pandemia de covid-19 en la ciudad de Maringá/PR*

Autoria

Cristiane Sousa da Silva Battaglini

 Universidade Estadual de Maringá (UEM)
 cris_sousa_9@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-0584-9858>

Priscilla Borgonhoni Chagas

 Universidade Estadual de Maringá (UEM)
 pbchagas@uem.br
 <https://orcid.org/0000-0003-0337-9717>

RESUMO

Objetivo: Este artigo tem como objetivo analisar as práticas espaciais realizadas na cidade de Maringá/PR pela comunidade escolar à luz das medidas decretadas pela Prefeitura Municipal no contexto da Covid-19. **Metodologia/abordagem:** A pesquisa é qualitativa e descritiva e envolve coleta de dados primários e secundários. Os dados foram interpretados por meio da técnica de análise hermenêutica-dialética. **Originalidade/relevância:** Em 2020, a pandemia da COVID-19 impulsionou as escolas a se adequarem aos decretos estaduais e municipais. Este estudo considera a cidade como uma organização moldada por relações de poder, com foco nas práticas espaciais da comunidade escolar por meio de suas demandas e manifestações. **Principais resultados:** O estudo revelou as práticas espaciais de territorialização em sentido estrito, em sentido amplo e a construção de redes espaciais pela comunidade escolar. Essas práticas espaciais são ações de territorialização resultantes das manifestações ocorridas na cidade-organização. **Contribuições teóricas:** O estudo amplia a compreensão das práticas espaciais como formas de territorialização, destacando a cidade como um espaço de relações de poder, resistência e disputa, e reforçando a visão da cidade como uma organização formada por interações sociais, conflitos e múltiplos territórios. **Contribuições da gestão:** A pesquisa demonstra como grupos sociais, como a comunidade escolar, utilizam o espaço urbano para resistir a medidas governamentais. Isso oferece insights valiosos para gestores públicos sobre como dinâmicas de poder e mobilizações influenciam políticas e decisões em tempos de crise.

Palavras-chave: Cidade. COVID-19. Práticas espaciais. Comunidade escolar.

ABSTRACT

Goal: This article aims to analyze the spatial practices carried out in the city of Maringá/PR by the school community in light of the measures decreed by the City Hall in the context of Covid-19. **Methodology/approach:** The research is qualitative and descriptive and involves collection of primary and secondary data. The data were interpreted using the hermeneutic-dialectic analysis technique. **Originality/relevance:** In 2020, the COVID-19 pandemic prompted schools to adapt to state and municipal decrees. This study views the city as an organization shaped by power relations, focusing on the spatial practices of the school community through their demands and demonstrations. **Main findings:** The study revealed the spatial practices of territorialization in a strict sense, in a broad sense and the construction of spatial networks by the school community. These spatial practices are territorialization actions resulting from the demonstrations that took place in the city-organization. **Theoretical contributions:** The study broadens the understanding of spatial practices as forms of territorialization, highlighting the city as a space of power relations, resistance and dispute, and reinforcing the vision of the city as an organization formed by social interactions, conflicts and multiple territories. **Management contributions:** The research demonstrates how social groups, such as the school community, use urban space to resist government measures. This offers valuable insights for public managers on how power dynamics and mobilizations influence policies and decisions in times of crisis.

Keywords: City. COVID-19. Spatial practices. School community.

RESUMEM

Objetivo: Este artículo tiene como objetivo analizar las prácticas espaciales realizadas en la ciudad de Maringá/PR por la comunidad escolar a la luz de las medidas decretadas por el Ayuntamiento en el contexto de la Covid-19. **Metodología/enfoque:** La investigación es cualitativa y descriptiva e implica la recolección de datos primarios y secundarios. Los datos se interpretaron mediante la técnica de análisis hermenéutico-dialéctico. **Originalidad/relevancia:** En 2020, la pandemia de COVID-19 impulsó a las escuelas a adaptarse a los decretos estatales y municipales. Este estudio considera la ciudad como una organización moldeada por relaciones de poder, centrándose en las prácticas espaciales de la comunidad escolar a través de sus demandas y manifestaciones. **Principales resultados:** El estudio reveló las prácticas espaciales de territorialización en sentido estricto, en sentido amplio y la construcción de redes espaciales por parte de la comunidad escolar. Estas prácticas espaciales son acciones de territorialización resultantes de las manifestaciones que tuvieron lugar en la ciudad-organización. **Contribuciones teóricas:** El estudio amplía la comprensión de las prácticas espaciales como formas de territorialización, destacando la ciudad como un espacio de relaciones de poder, resistencia y disputa, y reforzando la visión de la ciudad como una organización formada por interacciones sociales, conflictos y territorios múltiples. **Contribuciones a la gestión:** La investigación demuestra cómo grupos sociales, como la comunidad escolar, utilizan el espacio urbano para resistir las medidas gubernamentales. Esto ofrece información valiosa para los administradores públicos sobre cómo las dinámicas y movilizaciones del poder influyen en las políticas y decisiones en tiempos de crisis.

Palabras clave: Ciudad. COVID-19. Prácticas espaciales. Comunidad escolar.

■ INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos sobre cidade, território e as práticas espaciais nos estudos organizacionais. A cidade passou a ser considerada objeto de análise dos Estudos Organizacionais, a partir da década de 1990, quando surgiram os primeiros trabalhos no Brasil (Honorato & Saraiva, 2016). Fischer (1996) foi uma das precursoras deste processo, definindo a cidade como uma organização social de alta complexidade. Seus estudos abriram caminhos para que outros pesquisadores discutissem a cidade por este viés. Segundo a autora, a cidade também pode ser entendida como um fluxo em transformação, que é uma metáfora de organização, de indiscutível e desafiadora complexidade, na qual, é preciso compreendê-la melhor como organização, oferecer alguns recursos para uma melhor gestão, e isso é o que os estudos sobre cidade como organização pode oferecer (Fischer, 1997).

Nesta mesma perspectiva, Mac-Allister (2001) também trouxe contribuições no âmbito dos Estudos Organizacionais ao discutir cidade como organização: a organização-cidade. Segundo a autora, assumir a cidade como organização possibilita apreender toda a sua complexidade e coletividade, e assim, incorporar seus processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à sua gestão da mesma. Avançando no conceito de organização-cidade, Mac-Allister (2004) a define como um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço.

A abordagem sobre a organização-cidade observada no trabalho de Saraiva e Carrieri (2012), propõe um avanço conceitual partindo do conceito abordado por Mac-Allister (2001; 2004). Para Saraiva e Carrieri (2012) a noção de organização-cidade permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada. Nesse sentido, as práticas de múltiplos atores estão presentes dentro da organização-cidade de diferentes formas.

Para a análise dos atores sociais nesses espaços, se faz necessário compreender a cidade como um território, onde habitam diversos atores com suas práticas espaciais. Souza (2012) define o território como um espaço delimitado por relações de poder e afirma a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades. Segundo Raffestin (1993), o território é uma relação interespacial de poder, mas não apenas aquele das fronteiras guarnecididas pelo Estado, num poder que vem de cima para baixo, mas para além do Estado-Nação.

Nessa perspectiva, Souza (2005) afirma que a cidade constitui um centro de gestão do território, considerada não apenas um espaço de produção de bens, comercialização e consumo, mas um local em que as pessoas se organizam e interagem de acordo com seus interesses e valores, formando grupos de afinidade. O autor esclarece que não é apenas o espaço que condiciona as relações sociais, em sentido material, mas as relações de poder delineadas no espaço, este enquanto território e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço. Assim, esta pesquisa considera um olhar para

a cidade para além de sua materialidade, nas práticas dos atores sociais que nela habitam e suas relações de poder.

Em se tratando das práticas na produção do espaço urbano, Souza (2010) também traz contribuições quando propõe uma tipologia das práticas espaciais. Essas práticas compreendem em seis: territorialização em sentido estrito; territorialização em sentido amplo; refuncionalização/reestruturação do espaço material; ressignificação de lugares; a construção de redes espaciais e a construção de circuitos econômicos alternativos (Souza, 2010).

Nesse sentido, tal abordagem permite analisar as práticas espaciais expressas pela comunidade escolar na cidade de Maringá/PR, que é o objetivo deste trabalho. Essas práticas espaciais de Souza (2010) serão utilizadas neste estudo a fim de desvelar as práticas espaciais pela comunidade escolar, e dessa forma compreender como ocorre a ocupação desses atores sociais na cidade. Dentre os colégios pesquisados, estão os privados representados pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Estado do Paraná (Sinepe/NOPR), que oferecem o Ensino Fundamental. Justifica-se que o recorte em escolas privadas deu-se em função das práticas espaciais expressas pela comunidade escolar na cidade de Maringá, que em sua grande maioria foram realizadas por pais e responsáveis de estudantes matriculados em colégios privados.

Segundo Souza (2010) as práticas espaciais são práticas sociais, em que a espacialidade é um componente evidenciado na forma de organização, na qual expressam o descontentamento, resistência e protesto, visto que os espaços são territorializados, ou seja, apropriados, sob o controle de um grupo específico, e materialmente reestruturado (Souza, 2015). Conforme Souza (2021), entre as práticas espaciais se destacam as ações de territorialização. Nesse sentido, é possível pensarmos que a organização-cidade é constituída por diferentes territórios, em que distintos grupos os vivenciam, apropriam e disputam (Costa et al., 2022).

Raffestin (1993), define o território como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que revela relações marcadas pelo poder. Os conceitos de território têm sido incorporados recentemente no Campo dos Estudos Organizacionais. Como por exemplo, Guarnieri et al. (2018) que analisaram a territorialização do cotidiano de alguns moradores com a implantação de Academias da Terceira Idade (ATIs) em uma praça no bairro que habitam. O processo de territorialização é entendido por meio do cotidiano, pois é no espaço construído e praticado, que se percebem as manifestações de dominação e apropriação (Guarnieri et al., 2018).

Além da abordagem sobre território, há também um avanço nos Estudos Organizacionais brasileiros da temática urbana que envolvem as práticas de atores sociais, como por exemplo, as práticas de pichação nas cidades (Viegas & Saraiva, 2015); a população em situação de rua (Costa & Oliveira, 2019; Honorato & Saraiva, 2016); práticas espaciais de rupturas numa exibição de arte (Bezerra et al. 2019); práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção (Paulo et al., 2020).

Nesse contexto, percebe-se a relevância de se realizar estudos nas cidades, estudar seus habitantes, as práticas expressadas por esses sujeitos na cidade, envolvendo conflitos, disputas e relações de poder. Compreender como a cidade constitui a vida desses sujeitos, entre tantas práticas espaciais, que segundo Souza (2010, p. 13), são “práticas sociais densas de espacialidade”.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de importância internacional em razão da disseminação de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2), identificado em Wuhan na China em dezembro de 2019. Como medida de amenizar a proliferação do coronavírus, a partir do dia 20 de março de 2020 o governo do estado do Paraná suspendeu as aulas das escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas com o Estado do Paraná, e em universidades públicas, de acordo com o Decreto estadual n. 4.258/2020 (Ministério Público do Paraná, 2020).

Diante disso, houve vários impactos sociais, como: a aprendizagem interrompida, confusão e estresse para professores, pais e/ou responsáveis despreparados para a educação em casa, manutenção e melhoria do ensino na modalidade remota, lacunas nos cuidados com as crianças e altos custos econômicos (Oliveira & Santos, 2020). De acordo com os autores, além desses impactos, também houve aumento das taxas de abandono escolar, maior exposição à violência e à exploração, além de desafios para fazer a mensuração e a validação da aprendizagem.

Nesse panorama, surgiram novos decretos tanto a nível Estadual, quanto a nível municipal, como forma de conter o avanço da Covid-19. A prefeitura do município de Maringá no combate ao avanço e proliferação do coronavírus, emitiu o Decreto n. 436/2020 no dia 17 de março de 2020. O decreto dispôs sobre algumas medidas adotadas e dentre elas a suspensão de algumas atividades por 30 dias. No Art. 6º deste decreto, como medidas coletivas de prevenção, consta a suspensão das aulas em escolas públicas e privadas, no âmbito municipal, sendo garantido o funcionamento das escolas até o dia 20/03/20 (Prefeitura do Município de Maringá, 2020).

A partir de então, iniciaram-se algumas mobilizações de vários segmentos na cidade, favoráveis ou não aos decretos municipais. Dentre esses segmentos está a área da educação, na qual houve manifestações da comunidade escolar, tendo grupos favoráveis mas também contrários ao retorno das aulas presenciais na cidade. A comunidade escolar nessa pesquisa é composta por diretores, coordenadores e professores de escolas privadas, representantes de sindicatos, e responsáveis pelos alunos. Essas mobilizações tiveram o intuito de buscar melhores alternativas, sendo estas, favoráveis ou contrárias aos decretos e ações da Prefeitura.

Para este artigo, inicialmente, apresenta-se uma revisão teórica sobre a cidade como objeto de estudo e campo de lutas. Em seguida, discussões sobre cidade, território e práticas espaciais. Na sequência, descreve-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Logo após são descritas as ações da Prefeitura Municipal e analisadas as práticas espaciais na cidade de Maringá. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

■ CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO E CAMPO DE LUTAS

A cidade nos Estudos Organizacionais é discutida por diferentes perspectivas. Conforme Martins (2021, p.52): “[...] uns focalizam a gestão, outros a vida social organizada, e ainda existem aqueles que a olham com base nas imagens e representações”. O autor esclarece que há também aqueles que debatem a cidade sob o prisma das lutas de classes, e os que destacam o

empresariamento urbano. Assim, independente da abordagem, a cidade é o palco das interações entre os diferentes (Honorato & Saraiva, 2016).

A partir das contribuições de Fischer (1997) e Mac-Allister (2004) a cidade passou a ser compreendida como uma megaorganização real e virtual, concreta e simbólica, que compõe múltiplas organizações complexas, com diversos atores sociais e interesses, produzindo conflitos (Piveta, 2020).

Outros autores como Saraiva e Carrieri (2012) abordam a noção de organização-cidade como um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada. Em uma organização-cidade, os indivíduos e seus grupos sociais interagem, produzindo dinâmicas no espaço onde habitam (Moreira & Marquesan, 2019). Assim, esses estudos mais recentes sobre a organização-cidade, considera a complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambiguidade, além de suas características formais e informais, materiais e imateriais, e sobretudo como um campo de luta onde se disputam distintas concepções e projetos de cidade (Paulo et al., 2020).

Deste modo, a cidade é compreendida como um campo de lutas, na qual define-se “campo” como “um espaço estruturado no qual os agentes interagem e competem por uma posição que os permita exercer o poder” (Carneiro, 2006, p. 44). O campo é um espaço de conflitos, remetendo assim, como a história das lutas entre os atores sociais para subsistir e reproduzir tanto materialmente quanto simbolicamente (Carneiro, 2006). A cidade na visão de Harvey (2012) é um palco de lutas, onde os cidadãos, para terem os seus direitos assegurados, devem considerar a possibilidade do conflito e não necessariamente evitá-lo.

Nesse sentido, a cidade analisada como objeto de estudo da Administração permite perceber as práticas coletivas de organização presentes em seus espaços e, também, vislumbrar como a cidade é organizada e governada, o que abre caminhos para que seja compreendida como lugar de produção de desvios de direção e palco de lutas e manifestações (Schuhardt & Chagas, 2020).

Nas discussões sobre apropriação dos espaços, é possível vislumbrar as concepções de território e de territorialidade (Saraiva, 2019). As discussões sobre o território podem contribuir para as interações e os relacionamentos das pessoas, além de proporcionar uma identificação entre os indivíduos e a cidade (Piveta, 2020). Portanto, os conceitos de cidade e território precisam ser articulados para análise das práticas dos atores sociais nestes espaços. O que será descrito na próxima seção.

■ CIDADE, TERRITÓRIO E PRÁTICAS ESPACIAIS

A cidade é habitada por pessoas que pertencem a grupos sociais diversificados, e de forma concreta se vê experimentada de diferentes maneiras pelos diversos grupos urbanos (Saraiva, 2019). Dessa forma, a cidade “[...] constitui um espaço específico repleto de lugares situados e percebidos simbolicamente, e de inúmeros territórios em disputa pelos que a habitam” (Saraiva, 2019, p. 22). Assim, a cidade pode ser compreendida como território com múltiplos territórios.

Conforme Souza (2005, p. 28), a cidade é definida como “um centro de gestão do território, não apenas enquanto sede de empresas (privadas

e estatais), mas também como sede do poder religioso e político". O autor esclarece que a cidade não pode ser considerada apenas um espaço de produção de bens, comercialização e consumo, mas um local onde pessoas se organizam e interagem segundo seus interesses e valores, formando grupos de afinidade.

A conceituação de território definida por Souza (2012) está associada ao exercício do poder. Dessa forma, o território pode apresentar diversas territorializações pelos atores sociais por meio da apropriação do espaço urbano. As ações de territorialização, segundo Souza (2021), estão presentes nas práticas espaciais, compreendidas como práticas sociais, ou seja, ações sociais, protagonizadas por atores sociais coletivos. Essas ações, na maioria das vezes, se concretizam em uma escala temporal de curta duração, e são marcadas pelo confronto com o aparelho de Estado (Souza, 2021). Assim, a territorialização será vista neste trabalho, como uma prática espacial expressa pelos atores sociais no espaço urbano.

Dentro de um processo de dominação e apropriação, o território e a territorialização precisam ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, sendo essas multiplicidades de poderes, neles incorporados por meio dos múltiplos atores sociais envolvidos (Haesbaert, 2010). Nesse sentido, o autor se refere tanto às lutas hegemônicas (que defendem uma lógica territorial padrão/dominante), quanto às lutas de resistência (que defendem multiplicidades e territorialidades distintas), já que o poder sem resistência, por mínima que seja, não existe (Haesbaert, 2010).

As práticas espaciais que viabilizem descontentamento, resistência e protesto sempre existiu, pois os espaços são "territorializados (conquistados, apropriados, postos sob o controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos" (Souza, 2015, p. 207). Todas as práticas espaciais são sociais, na qual a espacialidade é um componente evidenciado da forma de organização, do meio de expressão e dos objetivos almejados (Souza, 2021). As relações sociais se realizam concretamente, na qualidade de relações espaciais, dessa forma, constituem atividades práticas (Carlos, 2009). Nessa perspectiva, a reflexão da cidade é uma reflexão sobre a prática sócio-espacial, que diz respeito ao "modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana" (Carlos, 2009, p. 11).

O Estado é um agente importante da reforma urbana, uma vez que garante a criação de marcos reguladores, leis e normas de controle de ações dos demais atores sociais (Souza & Rodrigues, 2004). Conforme os autores, o Estado é um campo de poder, disputado continuamente por distintos grupos e classes sociais, e está, a todo momento, sendo influenciado e submetido à pressão, inclusive de setores populares. A sociedade civil tem um papel importante na condução da reforma urbana, e é constituída por diversos grupos, organizações e movimentos de orientações políticas distintas, que na maioria das vezes possuem interesses diferentes e conflitantes (Souza & Rodrigues, 2004).

Souza (2010) traz uma tipologia de diferentes práticas espaciais insurgentes, que compreende em seis: a territorialização em sentido estrito, que diz respeito ao controle do espaço com a presença física dos atores, e costumam ser ruidosas, como protestos, apitaços e panelaços; e abertas,

conduzidas publicamente; a territorialização em sentido amplo, que trata da apropriação do espaço sem que necessariamente haja a presença física duradoura dos atores; a refuncionalização/reestruturação do espaço material, que corresponde aos ajustes ou modificações no espaço material, a nova necessidades, devido à novas relações sociais; a ressignificação de lugares, que trata das interpretações de outros significados a formas espaciais do espaço urbano; a construção de circuitos econômicos alternativos, que diz respeito aos movimentos emancipatórios que têm investido no desenvolvimento de alternativas ao mercado capitalista; e por fim, a construção de redes espaciais, que trata da formação de redes espaciais que correspondem à implementação de práticas multiescalares, integrando diversas experiências de resistência local ou regional (Souza, 2010).

Essa tipologia, segundo Souza (2010), consiste em comparar diferentes experiências de distintas regiões, países e continentes; dispor de um panorama sistemático das respostas dos movimentos sociais emancipatórios ao poder heterônomo, e das alternativas ao conformismo, em que pode ser uma inspiração para outros movimentos no futuro; e por fim, porque se trata de uma contribuição para reflexões “acerca das possibilidades, das fraquezas, dos limites, das contradições e da legitimidade dessas manifestações de resistência (Souza, 2010, p. 28).

Nesse sentido, Souza (2010) afirma que as práticas espaciais sempre tiveram sua importância para os movimentos sociais e também para os ativismos sociais. E que as práticas espaciais apresentadas anteriormente, de um ponto de vista tático, têm se mostrado eficazes, em maior ou menor grau. Além disso, esses tipos de práticas têm sido muitas vezes combinados uns com os outros no âmbito de estratégias sócio-espaciais complexas (Souza, 2021).

Esses estudos sobre práticas espaciais, território e territorialização abordados por Souza (2005, 2010, 2012, 2015, 2021) e outros autores abordados neste trabalho, contribuem para os debates sobre a cidade no campo dos Estudos Organizacionais, com o intuito de compreender como ocorre a ocupação física e simbólica da cidade, uma vez que indivíduos, grupos e organizações ocuparam a cidade em momentos distintos e também organizaram-se para intervenções não físicas (ex. judiciais) para que as suas demandas fossem ouvidas/atendidas. Assim, será possível compreender as práticas espaciais envolvendo a comunidade escolar frente às medidas decretadas pela Prefeitura na cidade de Maringá.

Nesse sentido, o território é o lugar afetivo, marcado por relações de poder, que a todo o momento demandam novas articulações e possibilidades de influência e de apropriação, o que não se reduz a espaços físicos ou recursos materiais (Saraiva, 2020). O território, conforme o autor, incorpora uma problematização política de tensão e disputa, na qual essa disputa retrata o coexistir com outros grupos em um certo período de tempo.

Segundo Costa et al. (2022), as relações sociais possuem um papel importante nos processos de territorialização para a formação do espaço organizacional da cidade. No processo de territorialização as práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional evidenciam as múltiplas territorialidades dos atores sociais, uma vez que são diversos tipos de práticas que constituem a territorialidade (Costa et al., 2022). Assim, a cidade (re)produzida nos Estudos Organizacionais como “algo que existe a partir da ação recíproca da interação entre as práticas dos sujeitos e as práticas

de organização das/nas cidades em diferentes territórios em constante tensionamento" (Gomes et al., 2021, p. 59).

A seguir, apresenta-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados neste estudo.

■ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objetivo analisar as práticas espaciais realizadas na cidade de Maringá/PR pela comunidade escolar frente às medidas decretadas pela Prefeitura Municipal no contexto de Covid-19. Possui caráter qualitativo, conforme Triviños (1987), a pesquisa qualitativa tem como objetivo captar não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência (Triviños, 1987). Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que busca compreender de maneira mais profunda a realidade dos atores sociais. A autora destaca que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações humanas, respondendo questões muito particulares. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas, dos processos e dos fenômenos (Minayo, 2002).

As fontes primárias desta pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas, os diários de campo e a observação direta e não participante. Já as fontes secundárias envolveram pesquisas em documentos, artigos, reportagens, redes sociais e websites. Para essa pesquisa foram selecionados 5 colégios privados de Maringá, que oferecem o ensino fundamental. Foram utilizados três critérios de seleção dos colégios para a pesquisa: 1) que fossem filiados ao Sinepe/NOPR; 2) que apresentassem portes (quantidade de estudantes matriculados) diferentes e; 3) que houvesse diversidade na localização, de forma a contemplar tanto colégios sediados no centro da cidade como na periferia. A figura 1, a seguir, apresenta as características de cada um, como o porte e o tempo de funcionamento, conforme dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Figura 1

Características dos Colégios

Colégio	Porte do colégio	Tempo de funcionamento
Y	Entre 201 e 500 matrículas de escolarização	20 anos
A	Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização	28 anos
Z	Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização	37 anos
X	Mais de 1000 matrículas de escolarização	34 anos
B	Mais de 1000 matrículas de escolarização	64 anos

Nota. Quantidade média de alunos matriculados e tempo de funcionamento.

O Colégio B está localizado no centro da cidade, zona 2, próximo à Catedral Metropolitana de Maringá, um dos pontos turísticos da cidade. O Colégio Z

está localizado na zona 4, o Colégio X na zona 8, e os Colégios A e Y estão localizados na zona norte da cidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas com 19 entrevistados, sendo: diretores, coordenadores, professores e pais e/ou responsáveis de alunos desses Colégios e com membros dos sindicatos dos Colégios privados. Os sujeitos entrevistados foram selecionados pela técnica bola de neve, na qual os próprios entrevistados apontam uma nova pessoa para ser entrevistada (Veiga & Gondim, 2001). Dessa forma, os próprios pais e/ou responsáveis indicavam um coordenador ou um diretor do colégio e também um outro pai ou mãe com disponibilidade para conceder a entrevista. Parte desses pais e/ou responsáveis participaram das manifestações realizadas na cidade. Com relação aos representantes dos sindicatos, observou-se que esses estavam presentes em grande parte dos protestos. A quantidade de entrevistas foi com base no método “ponto de saturação”, posto que operacionaliza as seleções de novos entrevistados, encerrando quando as novas respostas somente confirmam as informações já estabelecidas, sem nada a acrescentar na interpretação do conteúdo (Bauer & Aarts, 2008).

O método escolhido para a análise dos dados desta pesquisa foi o hermenêutico-dialético. Esse método foi empregado inicialmente no contexto da pesquisa qualitativa brasileira em saúde por Minayo (2002, 2004) e posteriormente, pesquisas em educação (Oliveira, 2001). Recentemente é empregada no campo da pesquisa qualitativa em Administração, como técnica para a análise dos dados (Cardoso et al., 2013). Segundo Minayo (2002), nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Conforme a autora, os passos para operacionalização são: (a) ordenação dos dados, fazendo um mapeamento dos dados obtidos no campo; (b) classificação dos dados, que são construídos a partir de questionamentos com base em uma fundamentação teórica; e (c) análise final, estabelecendo articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo a questão de pesquisa com base nos objetivos (Minayo, 2002).

Nesta pesquisa, seguindo as etapas propostas por Minayo (2002), foi realizado o mapeamento dos dados obtidos no campo, a escuta das narrativas dos sujeitos, a transcrição das entrevistas, a classificação dos dados e a análise articulando os dados e o referencial teórico, indo além das falas e dos fatos descritos, conforme apregoa o método hermenêutico-dialético. Minayo (2004) destaca que o principal dilema dos pesquisadores que utilizam pesquisas qualitativas é de superar os esquemas interpretativos formais (funcionalismo), e que o método hermenêutico-dialético é o mais capaz de driblar essas formalidades e de dar conta de uma interpretação mais próxima da realidade.

Os dados encontrados nas fontes de pesquisa, foram separados e organizados conforme uma ordem cronológica, e analisados. Em um primeiro momento buscou-se por documentos, reportagens da cidade, sites da prefeitura e redes sociais. No segundo momento fez-se uma triagem para selecionar o material que seria utilizado para essa pesquisa, a partir da leitura do material coletado e das entrevistas realizadas.

■ AÇÕES DA PREFEITURA E AS PRÁTICAS ESPACIAIS NA CIDADE DE MARINGÁ

No mês de março de 2020, foi decretado estado calamidade pública pela Prefeitura de Maringá, na qual se registrou o primeiro caso de Covid-19 na cidade. Neste trabalho assume-se o marco inicial a partir do decreto n. 436/2020 que foi publicado pela prefeitura do Município de Maringá no dia 17 de março de 2020. Este foi o primeiro decreto para conter a propagação do vírus na cidade. Dentre as medidas decretadas, havia a suspensão de atividades e eventos com 50 pessoas ou mais, por 30 dias. Neste decreto também informava que o funcionamento das escolas privadas e públicas seria somente até o dia 20/03/2020.

No dia seguinte se deu um segundo marco importante, que foi o decreto municipal n. 445/2020 de 18 de março de 2020, que suspendeu por 30 dias as aulas e o atendimento presencial nas instituições de ensino, públicas e privadas, a partir do dia 20/03/2020, além de suspensão, pelo prazo de 30 dias corridos, o funcionamento de alguns estabelecimentos e atividades, como comércio varejistas e atacadistas, cultos e atividades religiosas, restaurantes, bares, lanchonetes, dentre outros.

Com todas essas medidas para conter a propagação da Covid-19, algumas práticas foram expressas por atores sociais que se reuniam para solicitar a reabertura das atividades que tinham sido suspensas. Desde empresários apresentando suas propostas para a retomada das atividades econômicas, até escolas que se organizavam para a volta das aulas presenciais.

Dessa forma, a cidade passa a ter territórios, por meio da apropriação e dominação dos atores sociais nos espaços urbanos. A territorialização desses espaços, representam as contradições e os conflitos dos atores sociais frente às medidas decretadas pelo poder público. Assim, a territorialização pode ser menos ou mais duradouras, menos ou mais efêmeras (SOUZA, 2021).

Dias depois, com o Decreto n. 566/2020 de 18/04/20, é retomada a economia na cidade de forma gradual. Os restaurantes, bares e lanchonetes tiveram autorização para funcionar presencialmente até às 23h com o Decreto n. 1360/2020 de 15/09/20. No entanto, as atividades presenciais das escolas ainda não tinham autorização para retornarem e os alunos continuavam realizando as aulas de forma remota. Notou-se que até o primeiro semestre de 2020 houve uma aceitação maior da comunidade escolar frente aos decretos restritivos publicados pela Prefeitura. Porém, no segundo semestre de 2020 aumentaram as manifestações solicitando o retorno das aulas presenciais, especialmente devido às outras atividades (comerciais, industriais e de prestação de serviços em geral) poderem funcionar, com algumas restrições.

Em 20 de setembro de 2020, ocorreu na cidade uma manifestação organizada pelo Sinepe/NOPR. Embora não fosse a primeira manifestação realizada em Maringá, os manifestantes seguiram o exemplo de outras cidades e montaram uma sala de aula simbólica em forma de protesto, na praça da Catedral, localizada no centro da cidade, conforme apresenta a Figura 2, a seguir.

Práticas espaciais da comunidade escolar no contexto de pandemia da covid-19 na cidade de Maringá/PR

Figura 2

Mobilização na praça da Catedral de Maringá (20/09/2020)



Nota. Acervo das autoras (2020).

Essa mobilização demonstrou o luto pela educação, conforme retratado pelo entrevistado E4: “levamos carteiras, bexigas pretas, que a gente estava de luto, né, da educação”. As instituições de representação que tomaram frente para se organizarem. Enquanto práticas espaciais, na perspectiva de Souza (2010), tem destaque para a territorialização em sentido amplo, na qual regras espaciais impostas pelo Estado são desafiadas, sem a presença física duradoura dos manifestantes. Muitas vezes são práticas espaciais silenciosas (Souza, 2021).

No mês seguinte, em 08 de outubro de 2020, a comunidade escolar, favorável ao retorno das atividades presenciais, realizou uma carreata solicitando a retomada das atividades educacionais, conforme a Figura 3 a seguir:

Figura 3

Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (08/10/2020)



Nota. Acervo das autoras (2020).

Essa mobilização aconteceu no Estádio Willie Davids, um estádio de futebol localizado no centro da cidade de Maringá. Esse foi um evento ocorrido na cidade de Maringá, com pais de alunos de escolas particulares, solicitando a retomada das atividades educacionais de forma facultativa. Não foi identificado uma resposta do poder público municipal quanto a essa manifestação.

O pai de um aluno do Colégio A (E7), disse que não participou dos protestos, mas que outros pais de alunos deste Colégio participaram: “Minha opinião era favorável ao retorno. Eu vi pais andando com carros e postando fotos nos grupos com bexiga e também um encontro que houve na Catedral.”

Segundo Souza (2010), a maior parte das formas de protesto explícitas são ruidosas em algum sentido, na qual os atores sociais literalmente gritam e manifestam seu descontentamento de forma barulhenta. É o que aconteceu com as carreatas realizadas na cidade pela comunidade escolar, que na perspectiva de Souza (2021) são práticas de territorialização em sentido estrito, com a apropriação e controle do espaço, por meio da presença física dos atores e conduzidas publicamente.

O poder público municipal agiu responsávelmente no início do processo, em relação ao atendimento às medidas da Organização Mundial da Saúde. Entretanto, com as pressões exercidas, inclusive com manifestações dos empresários da cidade e região, as tomadas de decisão foram se alterando (Töws et al., 2020). Contudo, apenas em 19 de outubro de 2020 que foi autorizado pela Secretaria da Educação do Paraná, o retorno gradativo das atividades extracurriculares presenciais em todo o Estado. Essa autorização foi concedida para as Instituições das redes estaduais, municipais e privadas e seguiu uma tendência de flexibilização das restrições já aplicadas em outros lugares do país.

A cidade de Maringá é um polo importante na oferta de atividades econômicas e serviços, em especial, educação e saúde (Töws et al., 2020). No setor de educação, Maringá é um polo universitário relevante na região, por comportar a sede da Universidade Estadual de Maringá e várias faculdades e centros universitários (Töws et al., 2020).

Já em 2021, no mês de janeiro, o número de casos por Covid-19 foi reduzido em comparação com os números apresentados em novembro e dezembro de 2020 (Prefeitura do Município de Maringá, 2021). Nesse contexto, a Prefeitura de Maringá começou a flexibilizar os decretos e liberar novamente diversas atividades. Porém, já no final de fevereiro, medidas mais restritivas foram tomadas para conter o novo avanço do vírus. Com isso, houve mais mobilizações para o retorno das aulas presenciais.

No dia 16 de janeiro de 2021, teve uma carreata organizada pelo movimento Apoie sua Escola, solicitando a volta das aulas presenciais. Este movimento se une a pais, escolas, professores e demais profissionais pelo retorno das atividades escolares. As divulgações foram feitas por meio das redes sociais deste movimento, na qual incentivou a participação de várias cidades, colocando como título “Carreata nacional pela educação”.

Este movimento aconteceu também a partir do Estádio Willie Davids e percorreu ruas do centro da cidade de Maringá. Nessa mobilização de nível nacional, utilizando a tipologia de Souza (2010), é possível identificar além das práticas espaciais em sentido estrito e em sentido amplo, a prática espacial de construção de redes espaciais, onde há estratégias multiescalares integrando várias experiências de resistência local ou regional, o que permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública

de demandas e protestos (Souza, 2010). Assim, segundo o autor, essas práticas espaciais, contribui para uma reflexão acerca das possibilidades, das fraquezas, dos limites, das contradições e da legitimidade dessas manifestações de resistência.

A coordenadora do Colégio A (E5), relata que ficou sabendo de carreatas de pais de alunos deste Colégio: “Eu soube que teve algumas carreatas de pais pedindo para voltar, assim como tinha os que não queriam que voltasse. Era tudo muito incerto, difícil de tomar uma decisão, era bem complicado mesmo”. Dessa forma, percebe-se que no ano de 2021 as práticas de resistência continuaram a se expressar pela cidade por meio da comunidade escolar. Como já estavam há um ano sem aula, os movimentos pareciam ganhar mais força.

No dia 25/01/21 a prefeitura publicou o Decreto n. 354/2021 autorizando as atividades escolares presenciais, no entanto, devido ao aumento do número de casos confirmados e também de óbitos no final do mês de fevereiro de 2021, a Prefeitura anunciou o Decreto n. 546/2021 de 22/02/21 suspendendo as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas a partir de 24/02/21 (Prefeitura do Município de Maringá, 2021).

Com essas ações decretadas pela prefeitura, houve mais mobilizações na área da educação. Um dia após a publicação do Decreto nº. 546/2021, servidores e população contrária ao retorno das aulas presenciais não seguras, realizaram protesto em frente à Câmara Municipal em 23 de fevereiro de 2021. Os servidores e população contrária ao retorno das aulas presenciais defendiam a manutenção das aulas remotas e também solicitavam aos vereadores a rejeição do projeto que torna as atividades da Educação essenciais na cidade (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá - SISMMAR, 2021). Após rápida mobilização da categoria da Educação e do SISMMAR, nesse dia, a Câmara de Maringá retirou de pauta o Projeto de Lei que prevê a classificação da educação municipal como serviço essencial.

O E4 (Instituição de representação) relata sobre essa manifestação contrária ao retorno das aulas presenciais: “Uma coisa que eu ouvi muito e vi, sindicato dos professores, uma foto deles no Instagram: “Escolas fechadas, vidas preservadas”. Será que o mundo do trabalho vai absorver um profissional que ficou 2 anos praticamente tendo aulas remotamente? ”

Neste mesmo dia, em frente à Câmara Municipal, só que em lado oposto, um grupo a_favor das aulas presenciais, defendeu o retorno das aulas no modelo híbrido com atividades presenciais. Nesta manifestação, havia pais, mães e responsáveis, dizendo que a sala de aula é segura e que os estudantes estão perdendo muito com a suspensão das aulas presenciais. A mãe de um aluno do Colégio Z (E8), estava presente nessa manifestação: “Eu participei de uma mobilização que teve lá para ser colocada a escola como atividade essencial. Então a gente participou solicitando o retorno das aulas, visto que os prejuízos das crianças eram muito maiores do que se elas voltassem para a escola.”

Nessa mobilização, percebe-se muitas contradições, sendo um grupo a favor e outro contra o retorno das aulas presenciais. Além das contradições foi expressa também pela comunidade escolar as práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo. Assim, os atores sociais que produzem territórios não são somente aqueles ligados ao Estado ou organização, mas também os atores sociais comuns, que também territorializam o espaço (Raffestin, 1993; Costa et al., 2022). Dessa forma, a

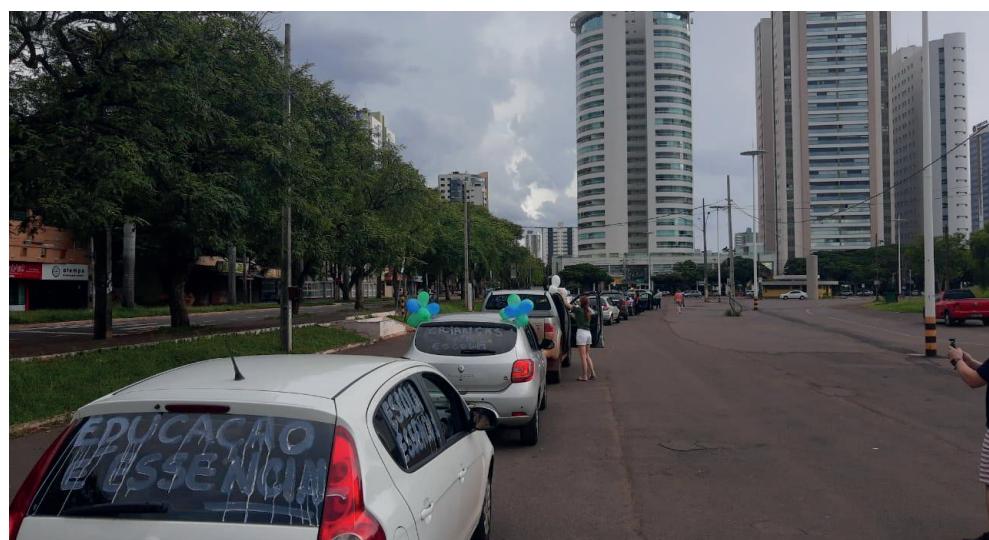
territorialização acontece a partir da apropriação do espaço, sendo esta apropriação marcada por relações de poder (Raffestin, 1993).

Nesse contexto, a Prefeitura continuou com as ações contra a Covid-19. Manteve a fiscalização em espaços públicos e também privados, observando as medidas de segurança como uso de máscara e distanciamento social, além do respeito às regras dos Decretos municipais relacionados à Covid-19 na cidade (Prefeitura do Município de Maringá, 2021).

Ademais, logo após a publicação do Decreto Municipal nº. 546/2021, houve outras práticas de resistências solicitando a retomada das aulas presenciais na cidade. No dia 07 de março de 2021, aconteceu uma carreata pelo movimento Unidos pela Educação, solicitando a volta das aulas presenciais. Esta mobilização teve início no Estádio Willie Davids e percorreu ruas do centro da cidade. Os carros estavam decorados com balões nas cores da bandeira do Brasil, com escritas nos vidros e alguns cartazes, solicitando o retorno das aulas presenciais. O primeiro veículo da carreata era um caminhão que transmitia uma gravação dizendo: “não podemos esperar mais um ano sem escola, as crianças estão sem rotina e irritadas. Nossas crianças precisam de escola e as escolas com protocolos são seguras” (Diário de campo, 7 DE MARÇO DE 2021). As Figuras 4 e 5, a seguir, mostram o início da carreata no Estádio Willie Davids de Maringá.

Figura 4

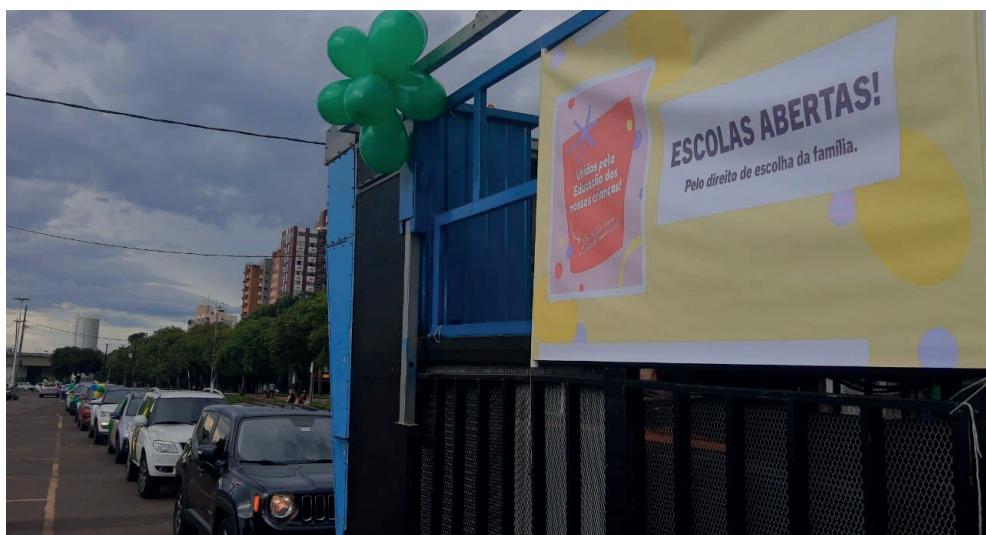
Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (07/03/21)



Nota. Acervo das autoras (2021).

Figura 5

Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (07/03/21)



Nota. Acervo das autoras (2021).

As Figuras 4 e 5 ilustram o direito de escolha da família e também o nome do movimento que é Unidos pela Educação. Em uma carreata ou passeata, os atores sociais apropriam-se de forma dinâmica desses espaços, que se fundamenta em uma prática territorial marcada por relações de poder. Este espaço ocupado por um protesto se constitui a partir de conflitos que envolvem as ações do poder público municipal e a necessidade por parte da comunidade escolar de manifestar o descontentamento frente a essas ações.

Um dia depois dessa mobilização, a prefeitura anunciou o Decreto n. 632/2021 de 08/03/21, na qual manteve suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas. E ainda no mês de março, a Secretaria de Saúde Municipal registrou um maior número de casos, superando dezembro de 2020, o que acarretou em novos Decretos publicados pela prefeitura para o controle da população.

Conforme apregoa Souza (2010), o poder não possui apenas uma face ligada à dominação ou à hierarquia/verticalidade, mas também uma outra, associada à horizontalidade, a qual pode ser exercida no espaço público. Sendo assim, a construção de um poder popular, como contrapoder, não pode ser dissociada da resistência contra um poder opressor, é aquele poder que emerge da rebeldia popular (Souza, 2010).

Analizando as ações de resistências e protestos por parte da comunidade escolar, sobretudo os pais e responsáveis de estudantes matriculados em colégios privados, percebe-se que entre as práticas espaciais se destacam as ações de territorialização, sendo que essas ações muitas vezes se concretizam em uma escala temporal de curta duração, e sempre marcadas pela instabilidade, não raro por confronto violento com o aparelho de Estado (Souza, 2021). Nessa última mobilização percebe-se as práticas espaciais, segundo Souza (2021) em sentido estrito e em sentido amplo, com diversos cartazes e escritas nos vidros dos carros. Assim, as práticas espaciais constituem, com muita frequência, uma realidade fluida, como por exemplo, uma mesma prática pode combinar aspectos “ruidosos” e “silenciosos”

(Souza, 2010), como é o caso desta manifestação e de outras expressas pela comunidade escolar.

Assim, as territorializações se efetivam de diversas formas a partir de diferentes objetivos e motivações, como por exemplo os protestos, que são formas de territorializações expressas pela comunidade escolar. Para Raffestin (1993), a territorialização acontece a partir da apropriação do espaço, sendo esta apropriação marcada por relações de poder. Saquet (2017) avança nessa discussão ao defender que a territorialização é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que produzem as distintas territorialidades, no tempo e no espaço. Nesse sentido, pode-se relacionar a ocupação da cidade, manifestada pelos protestos realizados por parte da comunidade escolar, como a apropriação do espaço urbano (territorialização) que se fazem e desfazem de forma contínua em um determinado período de tempo. Em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra) poderes e desenvolvem (contra) projetos e o Estado pode apresentar contradições internas que oferecem pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados pelos movimentos sociais (Souza, 2010). Nesse sentido, com as contradições entre as medidas impostas pelo Estado e pela Prefeitura Municipal, as instituições de representação dos Colégios entraram com ações judiciais, com o objetivo de que o Decreto Municipal seguisse de acordo com o do Estado.

Dessa forma, houve uma liminar expedida no dia 12 de março de 2021, autorizando que os Colégios filiados às instituições de representação retomassem as aulas presenciais. O E4 (Instituição de representação) retrata sobre essa ação: “Nós ganhamos no começo deste ano depois de conversar e não ser ouvidos. A gente entrou na justiça e nós ganhamos no dia 12 de março a nossa ação contra o município de Maringá.” O Estado já tinha permitido o retorno das aulas presenciais, mas o município não.

Assim, com a autorização do retorno das aulas presenciais por meio dessa ação judicial, algumas escolas privadas retornaram às aulas presenciais no dia 16 de março de 2021. Essa ação, concedida no dia 12 de março de 2021, tomou como base o Decreto Estadual nº. 7.020/2021, que autorizou a retomada das aulas presenciais na rede privada a partir do dia 10 de março de 2021 no Paraná. Nesse sentido, o sindicato pediu a liminar porque a legislação estadual atribuiu natureza essencial às atividades educacionais presenciais e autorizou a retomada das aulas presenciais, sendo que este direito não estava sendo cumprido em Maringá. Esta ação judicial demonstrou a resistência expressa pela comunidade escolar.

Somente em 13 de maio de 2021 que os vereadores de Maringá aprovaram o projeto de lei que considera a educação como atividade essencial no município. De acordo com a reportagem da RPC Maringá (2021), o texto aprovado é uma versão mais branda que abre a possibilidade de novas suspensões das aulas presenciais.

Nesse sentido, a resistência torna-se um ato obrigatório para viver na cidade, sendo uma forma de estabelecer seus interesses individuais ou coletivos contra imposições de atores sociais hegemônicos (Paulo et al. 2020). As autoras afirmam que essas resistências podem ser visíveis ou não, planejadas ou espontâneas, e dotada de contradições, pois estão ligadas ao processo de consciência dos indivíduos.

Nas instituições de ensino privadas, as aulas permaneciam no formato híbrido, que foi uma alternativa para atender as demandas de ambos os grupos: aqueles que eram favoráveis ao retorno pleno das atividades presenciais e aquelas que eram favoráveis à permanência da suspensão dessas atividades. A Prefeitura do Município de Maringá só liberou o retorno às aulas presenciais a partir de julho de 2021 com o Decreto nº. 1406/2021. Nesse sentido, os pais ou responsáveis pelos alunos precisavam assinar um termo de responsabilidade com a adesão ou não ao formato de aulas escalonadas (ensino com aulas presenciais e não presenciais). Ainda de acordo com este decreto, cada turma deveria ser dividida em, pelo menos, dois grupos (Grupo A e Grupo B), respeitando o distanciamento de, no mínimo, 1,5 metro (um metro e meio) entre os alunos (Prefeitura do Município de Maringá, 2021). Os alunos da rede municipal de ensino de Maringá estavam há um ano e meio sem aulas presenciais, apenas com ensino remoto e atividades em casa.

As práticas espaciais são ações que colaboram para garantir diversos projetos e meios que objetivam a gestão do território (Corrêa, 1995). Dessa forma, segundo o autor, as práticas espaciais são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam o espaço. São ações que têm por resultado certa configuração no espaço, ou como afirma Souza (2010, p. 13), são práticas sociais densas de espacialidade.

Buscando compreender as práticas espaciais, as figuras 6 e 7 a seguir representam alguns decretos da prefeitura, no período de 2020 e 2021, as mobilizações da comunidade escolar e as práticas espaciais expressas por esses atores sociais na cidade de Maringá.

Figura 6

Síntese dos Decretos/demandas e as práticas espaciais na cidade de Maringá (2020)

Decreto Municipal n. 436/2020 de 17/03/20	Decreto Municipal n. 445/2020 de 18/03/20	Decreto Municipal n. 566/2020 de 18/04/20	Decreto Municipal n. 1360/2020 de 15/09/20
Suspensão de atividades e eventos com 50 pessoas ou mais por 30 dias.	Suspensão das aulas e do atendimento presencial nas instituições de ensino, públicas ou privadas. Suspensão de 30 dias do funcionamento de estabelecimentos e atividades na cidade.	Retomada gradual da economia na cidade; continuam suspensas as aulas presenciais; uso obrigatório de máscara;	Autorização de esportes a partir de 01/10/2020; autorizando o funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes com atendimento presencial até às 23h.
Demandas	Práticas espaciais		
Em 07/08/2020: Sindicatos realizaram carreata em Maringá contra a volta às aulas presenciais.	Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo.		
Em 20/09/2020: Houve mobilização na praça da catedral de Maringá, solicitando o retorno das aulas presenciais de forma facultativa.	Prática espacial de territorialização em sentido amplo.		
Em 08/10/2020: Houve carreata solicitando a retomada das atividades educacionais de forma facultativa.	Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo.		

Nota. Decretos, demandas e práticas espaciais.

Práticas espaciais da comunidade escolar no contexto de pandemia da covid-19 na cidade de Maringá/PR**Figura 7**

Síntese dos Decretos/demandas e as práticas espaciais na cidade de Maringá (2021)

Decreto Municipal n. 354/2021 de 25/01/21	Decreto Municipal n. 546/2021 de 22/02/21	Decreto Municipal n. 632/2021 de 08/03/21	Decreto Municipal n. 1406/2021 de 22/07/21
Ficam liberadas as atividades escolares presenciais, em conformidade com o Decreto n. 6637/2021 do Governo do Estado do Paraná.	Ficam suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas a partir de 24/02/21 até 07/03/2021.	Permanecem suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas, prorrogando o art. 4º do Decreto Municipal n. 546/2021.	Autorizado o retorno às aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino a partir de 28/07/2021; O plano de Aprendizagem é em formato escalonado e não presencial.
Demandas		Práticas espaciais	
Em 16/01/2021: o movimento nacional Apoie sua Escola pede o retorno às aulas presenciais por meio de carreata.		Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito, em sentido amplo e construção de redes espaciais.	
Em 23/02/21: A comunidade escolar protesta em frente à câmara municipal (um grupo contra e outro a favor da suspensão de aulas presenciais).		Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo.	
Em 7/03/21: A comunidade escolar realiza uma carreata solicitando o retorno das aulas presenciais.		Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo.	

Nota. Decretos, demandas e práticas espaciais.

Com isso, percebe-se que a comunidade escolar intensificou as suas mobilizações a partir do segundo semestre de 2020. Já em 2021, alguns dias depois da carreata do dia 07 de março as instituições de representação das escolas privadas ganharam uma ação judicial para o retorno das aulas presenciais, sendo retomadas a partir do dia 16 de março. Nesse período o Estado já tinha autorizado a retomada das aulas presenciais, mas na cidade de Maringá ainda não tinha essa autorização por parte do poder público municipal.

Nessas manifestações da comunidade escolar de escolas privadas houve também a resistência, os conflitos e contradições, envolvendo as relações de poder entre a comunidade escolar de escolas privadas e o poder público municipal. Em uma das manifestações foi possível perceber um grupo de manifestantes contra o retorno das aulas presenciais e outro a favor das aulas presenciais, demonstrando como esses grupos tomaram caminhos opostos. Assim, essas mobilizações nesses espaços da cidade, demonstrou a disputa pela privatização da educação no município e as formas de resistência contra as medidas decretadas pela prefeitura, que foi ganhando força junto ao sindicato das escolas particulares para recorrerem na justiça quanto aos seus direitos.

Nesse sentido, o papel do poder judiciário nessa disputa foi de mediador e tomador de decisão. O conflito entre o poder público municipal e a comunidade escolar de escolas privadas foi resolvido no judiciário, que tomou como base o decreto estadual, favorecendo assim o poder econômico. O estado do Paraná atribuiu natureza essencial às atividades educacionais presenciais e o judiciário, considerando as medidas decretadas pelo estado, autorizou o retorno das aulas presenciais para as instituições de ensino privada no município, em março de 2021. Com isso, o judiciário teve um importante papel nesse contexto de pandemia, para decidir sobre o retorno das aulas presenciais na cidade de Maringá, sendo que suas decisões se pautaram a favor da comunidade escolar de escolas privadas.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas espaciais realizadas na cidade de Maringá/PR pela comunidade escolar frente às medidas decretadas pela Prefeitura Municipal no contexto de Covid-19. A comunidade escolar por meio de sua territorialização na cidade mostrou o seu importante papel na busca de promover a educação como essencialidade, além de seguir todos os protocolos de segurança nesse contexto de pandemia da Covid-19. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que esse estudo contribui empiricamente ao aprofundar a análise das práticas espaciais na cidade, mostrando que o espaço urbano pode ser ocupado por diferentes grupos, que ele pode ser palco das manifestações e protestos contra ou a favor do poder hegemônico. E que o poder também está presente nos movimentos sociais, como um contrapoder, um poder autônomo. Nesse sentido, as práticas espaciais são expressas tanto à dominação, com leis e normas que regulam a sociedade quanto à autonomia, na busca de interesses de um grupo ou sociedade.

A cidade como objeto de estudo da Administração, é entendida como um grande território e uma organização-cidade, repleta de conflitos, disputas e contradições. A cidade é constituída a partir das interações entre os atores sociais e das práticas espaciais expressas em diferentes territórios. Dessa forma, este trabalho buscou compreender como a comunidade escolar ocupou a cidade por meio dessas práticas espaciais expressas na cidade de Maringá, Paraná.

Nas manifestações que aconteceram na cidade de Maringá pela comunidade escolar foi possível identificar as práticas espaciais de territorialização em sentido estrito com a apropriação e controle do espaço com a presença física dos diversos atores sociais. Quanto à escala temporal, as territorializações foram de curta duração, se expressando na cidade por algumas horas. Foram em sua maioria ruidosas, acompanhadas de protestos e buzinação, conduzidas publicamente.

Observou-se também a prática espacial de territorialização em sentido amplo, sem a presença física duradoura dos atores sociais e muitas vezes é considerada uma prática espacial silenciosa, como os cartazes e a sala de aula simbólica que foi organizada na praça da Catedral da cidade de Maringá. E por fim, identificou-se a construção de redes espaciais, que são práticas multiescalares integrando diversas experiências de resistência local ou regional. Essa integração ocorreu em uma das manifestações que foi a nível nacional, alcançando sinergias na questão da visibilidade pública de demandas e protestos.

Além dessas práticas espaciais identificadas na comunidade escolar, objetivo desta pesquisa, houve também a resistência, os conflitos e contradições, envolvendo as relações de poder entre a comunidade escolar e o poder público municipal. Em uma das manifestações foi possível perceber um grupo de manifestantes contra o retorno das aulas presenciais e outro a favor das aulas presenciais, demonstrando as contradições existentes nesses espaços.

Por fim, a presente pesquisa pretendeu apresentar contribuições para outros estudos que compreendem a cidade como organização, na perspectiva das práticas espaciais, acerca das mobilizações ocorridas na cidade de Maringá pela comunidade escolar. Assim, foi possível aplicar os conceitos de território e as práticas espaciais de territorialização de acordo

com Souza (2010; 2021), para compreender as mobilizações que aconteceram na cidade e entender como esses conceitos estão interligados ao conceito de organização-cidade apresentados por Mac-Allister (2004).

Nesse sentido, foi possível contribuir para o avanço de estudos no campo da administração que tomam a cidade como um espaço marcado por relações de poder, sendo a cidade constituída por múltiplos territórios, em que distintos grupos se apropriam e disputam seus interesses frente às medidas decretadas pelo poder público. Assim, a cidade é um campo de lutas, onde acontecem os conflitos, as contradições pelos indivíduos que nela habitam.

Como sugestão para futuras pesquisas aponta-se a necessidade de realizar estudos sobre as práticas espaciais também em outras cidades para além do setor educacional, visto que essas práticas espaciais podem ser expressas por distintos grupos e em diversas regiões.



REFERÊNCIAS

Bauer, M. W., & Aarts, B. (2008). A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: Bauer, M., & Gaskell, G. (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (7a ed. pp. 39-63). Vozes.

Bezerra, M. M., Lopes, L. L. S., Silva, J. S., & Ipiranga, A. S. R. (2019) Spatial practices in the city: the kidnapping of an arts organization. *Brazilian Administration Review*, 16(4), 1-23. doi: 10.1590/1807-7692bar2019180163

Cardoso, M. F., Santos, A. C. B., & Alloufa, J. M. L. (2013). Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. *XXXVII Encontro da Anpad – EnANPAD*.

Carlos, A. F. A. (2009). *A cidade* (8a ed.). Contexto.

Carneiro, C. M. Q. (2006). Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. *Tempo da Ciência*, 13(26), 39-47.

Corrêa, R. L. (1995). Espaço, um conceito chave da geografia. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C; Corrêa, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Costa Junior, V., & Oliveira, J. S. (2019). As emoções nas práticas de organização das cidades: etnografia com a população em situação de rua na cidade de Maringá, Paraná. *Anais do XLIII Encontro da ANPAD*, p. 1-15, São Paulo.

Fischer, T. (1996). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local*. In: Fischer, T. (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Fischer, T. (1997). A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: Prestes Motta, F.C.; Caldas, M.P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. Atlas.

Gomes, R., Cardoso, S. P., & Domingues, F. F. (2021). A (re)produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa? *Gestão & Regionalidade*, 37(111). <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n111.6539>

Guarnieri, F., Chagas, P. B., & Vieira, F. G. D. (2018). A Territorialização Do Cotidiano A Partir De Intervenções Governamentais: O Caso Das Academias da Terceira Idade (ATIS). *Alcance*. 25(1). 10.14210/alcance.v25n1(Jan/Abr).p061-078

Haesbaert, R. (2010). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>.

Harvey, D. (2012). *O direito à cidade*. Universidade de Nova York.

Honorato, B. E. F., & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. *Desenvolvimento Em Questão*, 14(36), pp.158–186. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.36.158-186>

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2021) *Sinopse Estatística da Educação Básica 2020*. Inep. <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

Mac-Allister, M. (2001). *Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais*. [Tese de doutorado]. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

Mac-Allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11. Retrieved from <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12642>.

Martins, M. P. (2021). *Análise dos processos de territorialização dos atores sociais na travessa Jorge Amado, Maringá/Pr.* [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá. <http://www.ppa.uem.br/documentos/138-mateus-pires-martins.pdf>.

Ministério Público do Paraná. (2020). *Principais decretos estaduais sobre o enfrentamento ao Coronavírus*. <https://saude.mppr.mp.br/pagina-1238.html>.

Ministério Público do Paraná. (2021). *Ofício circular - Retomada das atividades educacionais*. <https://educacao.mppr.mp.br/2021/02/38/OFICIO-CIRCULAR-Retomada-das-atividades-educacionais.html>.

Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec-Abrasco.

Minayo, M. C. S. (Org.). 2002. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Vozes.

Moreira, L. E., & Marquesan, F. F. S. (2019). Práticas organizativas de uma organização - cidade deslocada compulsoriamente: o caso de Jaguaribara/CE. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 6. DOI: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n2.154>.

Oliveira, M. M. (2001). *Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético*. Interfaces Brasil/Canadá, Porto Alegre.

Oliveira, L. R. de, & Santos, A. de O. (2020). Educação em tempos de pandemia - o que dizer àqueles que sempre estiveram à margem do ensino público no país? In: Guimarães, L. de. V. M; Carreteiro, T. C.; Nasciutti, J. R. (Orgs). *Janelas da pandemia*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH.

Paulo, C. F. O., Chagas, P. B. & Andrian, N. H. (2020). Práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*. Rio de Janeiro, V.14 Jul.- Set.

Piveta, A. M. (2020). *O processo de (des)(re)territorialização dos moradores de Presidente Castelo Branco-PR com a duplicação da BR 376*. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá.

Prefeitura do Município de Maringá (2021). Notícias. <http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/>.

Prefeitura do Município de Maringá (2021). *Aulas presenciais permanecerão suspensas em Maringá*. <http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/03/12/aulas-presenciais-permanecerao-suspensas-em-maringa/37209>.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.

Rpc Maringá (2021). Vereadores de Maringá aprovam projeto de lei que considera educação como atividade essencial. <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/05/13/vereadores-de-maringa-transforma-educacao-em-atividade-essencial.ghtml>.

Saquet, M. A. (2007). As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, 22(43), 55-76.

Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr.

Saraiva, L. A. S. (2019). Os estudos organizacionais e a cidade. Saraiva, L. A. S.; Enoque, A.G. (Org.). *Cidade e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento, 433 p.

Saraiva, L. A. S. (2020). Diferenças e territorialidades na cidade como ponto de partida. In: Saraiva, L. A. S. (Org.). *Diferenças e territorialidades na cidade*. Ituiutaba: Barlavento, 158 p.

Saraiva, L. A. S., & Ipiranga, A. S. R. (Org.). 2020. *História, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento, 379 p.

Schuhardt; O. L., & Chagas, P. B. (2020). O direito à cidade em discussão: a luta pelo direito de ter direito. *Revista de Administração da UEG*. Jan./Abr.

Sismmar (2021). Servidores conseguem vitória após embate na Câmara.

<https://www.sismmarmaringa.com.br/arquivos/24999>.

Souza, M. L. de, & Rodrigues, G. B. (2004). *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP.

Souza, M. L. (2005). *Abc do desenvolvimento urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, M. L. (2010). Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*. Presidente Prudente-SP, 7(11), p. 13-47.

Souza, M. L. (2015). *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência.

Souza, M. L. (2012). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. (15. ed. pp. 77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, M. L. (2021). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Töws, R. L., Machiavelli, P. L., Luz, A. S., & Ferreira, W. (2020). As metrópoles e a Covid-19: Dossiê nacional. Região metropolitana de Maringá (PR). *Observatório das Metrópoles*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Maringá. https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/08/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Maring%C3%A1_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.v2.pdf

Veiga, L., & Gondim, S.M.G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião pública*.

Viegas, G. C. F. S., & Saraiva, L. A. S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, 16(5), 68-94.



NOTAS

Licença de Uso

Os autores cedem à **Revista de Ciências da Administração** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a **Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International**. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Editora

Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências da Administração. Publicação no **Portal de Periódicos UFSC**. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

- Rosalia Aldraci Barbosa Lavarda
- Leandro Dorneles dos Santos

Histórico

Recebido em:	23-07-2022
Aprovado em:	30-04-2024
Publicado em:	02-10-2024